



GT 09 — "Entre calçadas e creches" — Gênero, Cuidado e o Direito à Cidade no Brasil urbano

## DESPRIVATIZAÇÃO DO CUIDADO: A REPRODUÇÃO SOCIAL NO CENTRO DE UMA POLÍTICA EMANCIPATÓRIA

Giulia Novaes Poli<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a centralidade do trabalho de reprodução social no funcionamento das sociedades capitalistas contemporâneas. Parte-se do reconhecimento de que a divisão sexual do trabalho — historicamente construída e socialmente naturalizada — serve aos interesses do capital ao relegar as atividades de cuidado, majoritariamente desempenhadas por mulheres, à esfera privada, como se fossem dádivas naturais, desprovidas de reconhecimento econômico e político. A separação entre produção e reprodução, longe de ser neutra, constitui alicerce das hierarquias de gênero e da lógica de acumulação capitalista.

No contexto neoliberal, essa cisão torna-se ainda mais perversa: o papel do Estado passa de concretizador de políticas públicas de apoio, ao de garantidor dos interesses do capital. Nesse processo, os serviços de cuidado são progressivamente mercantilizados, restringindo-se ainda mais às parcelas da população com maior poder aquisitivo, aprofundando as desigualdades estruturais.

Diante desse cenário, defende-se que a desprivatização do cuidado — com sua retirada do espaço doméstico e a construção de uma infraestrutura coletiva e pública — constitui condição indispensável para a efetivação dos direitos fundamentais, a emancipação social e a consolidação de uma democracia substantiva. Reconhecer a centralidade da reprodução social no debate político é passo fundamental para enfrentar as desigualdades de gênero e garantir condições materiais de cidadania, autonomia e dignidade para todas as pessoas.

A análise se estende à relação entre a inserção das mulheres no tecido urbano — com acesso à moradia adequada, bem localizada e atendida por serviços públicos de qualidade — e a mudança no seu papel, que não se restringe ao âmbito doméstico. O acesso a equipamentos essenciais para uma vida pública ativa revela-se decisivo para a ampliação de suas oportunidades. Entende-se que a democratização da cidade é crucial para garantir às mulheres o pleno acesso a direitos e a efetivação da igualdade material.

As dinâmicas patriarcais e racistas encontram, no espaço urbano, terreno fértil para se materializar, o que torna indispensável um olhar crítico sobre as formas de produção e apropriação das cidades. Questionar o território urbano — e os serviços públicos nele disponíveis — a partir dos marcadores de gênero, raça e classe é, portanto, uma tarefa inadiável.

---

<sup>1</sup> Mestranda e especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; pesquisadora da CAPES; advogada; novaesgp@gmail.com.



## 2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O que a trabalhadora precisou fazer antes de chegar ao trabalho? Quem fez seu jantar, arrumou sua cama e passou sua roupa? Essa provocação, proposta por Arruzza, Bhattacharya e Fraser<sup>2</sup>, revela uma verdade que o capitalismo procura ocultar: o trabalho assalariado voltando à obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho, em sua maioria não remunerado, dedicado à produção de pessoas e à manutenção da vida.

A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo é artefato capitalista. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios; foi considerada econômica e remunerada com salários. A reprodução, todavia, foi relegada ao espaço doméstico, feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição à “trabalho”, realizada por amor em oposição à dinheiro<sup>3</sup>.

A perversidade dessa lógica fica evidente quando se constata que a produção de pessoas não “apenas” cria e mantém a vida no sentido biológico, mas garante condições de existência à força de trabalho. Sem essa ampla rede de atividades, a vida e o trabalho não seriam possíveis<sup>4</sup>.

Apesar de sua centralidade, esse papel é sistematicamente encoberto. O capitalismo se vale do trabalho reprodutivo e ao mesmo tempo renega seu valor. Relega-se quem realiza o trabalho da reprodução social a uma posição de subordinação — não apenas para os detentores do capital, mas também para trabalhadores com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas.

Parir, socializar a juventude, cuidar de idosos, manter os lares, construir comunidades e sustentar sentidos compartilhados são tarefas essenciais em qualquer sociedade. No capitalismo, assumem função mais específica: produzir e repor as classes cuja força de trabalho é explorada pelo capital para obtenção de mais-valor. Como observa Nancy Fraser<sup>5</sup>, o trabalho de cuidado é considerado improdutivo sob a ótica do capital, mesmo sendo a base que sustenta o trabalho que o sistema reconhece como produtivo.

Carole Pateman<sup>6</sup>, demonstra como o contrato social está ancorado em uma lógica de gênero que naturaliza a divisão dos espaços. Pressupõe-se um espaço público essencialmente masculino, reservado aos homens, que são reconhecidos como sujeitos políticos e civis, enquanto às mulheres é relegada a esfera privada, associada ao doméstico, ao não-civil e ao apolítico.

A dicotomia entre público e privado é pedra angular da organização social capitalista, articulada de forma indissociável às estruturas patriarcais. Essa cisão cumpre papel estratégico ao sistema, ao permitir que o trabalho necessário à reprodução da vida — cuidar, educar, alimentar,

---

2 ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 72.

3 Ibid., p. 109.

4 Ibid., p. 36.

5 FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal**: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

6 PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.



manter emocionalmente estáveis os trabalhadores e futuras gerações — seja realizado gratuitamente, fora da lógica mercantil. Assim, legitima-se a exclusão histórica das mulheres da esfera da política, da produção reconhecida e das decisões públicas, consolidando a ideia de que elas seriam, por natureza, mais aptas ao cuidado do que à atuação política ou econômica<sup>7</sup>.

Além de sexualizada, essa divisão é profundamente racializada. A reprodução social das classes dominantes sempre foi sustentada pela exploração sistemática do trabalho de mulheres racializadas. Esse padrão persiste no capitalismo globalizado, onde a terceirização dos cuidados recai majoritariamente sobre mulheres migrantes, negras e periféricas, que realizam esse trabalho a custos extremamente baixos para que outras mulheres possam participar do mercado formal<sup>8</sup>.

Silvia Federici<sup>9</sup> alerta que, ao naturalizar o trabalho de reprodução social como algo natural e inerentemente feminino — “dávivas” gratuitas e inesgotáveis, que não exigem atenção ou renovação —, busca-se *essencializar* a mulher: “ela é dona de casa”, em vez de “ela está trabalhando como dona de casa”.

Reivindicar salários para o trabalho doméstico é, portanto, romper com essa lógica e forçar o capital a reestruturar as relações sociais para se fazer presente no contrato social assim como qualquer outro trabalho. Mas principalmente: a remuneração torna visível o trabalho doméstico; e ao ser visível, é possível recusá-lo<sup>10</sup>.

A crise da reprodução social atinge, hoje, um ponto de tensão especialmente agudo. O neoliberalismo exige mais horas de trabalho por unidade familiar, ao mesmo tempo que confere menor suporte estatal à assistência social. Pressiona-se ao limite famílias, comunidades, mas sobretudo mulheres. Daí porque a reivindicação da reprodução social como questão política central torna-se mais urgente do que nunca.

As políticas de austeridade não são neutras quanto ao gênero. Quando é retirada sustentação pública da reprodução social e serviços essenciais são comercializados, transfere-se às famílias a responsabilidade pelos cuidados, forçando, sobretudo as mulheres, a suportar todo esse ônus.

O neoliberalismo, ao recrutar mulheres como mão de obra assalariada, se apresenta como emancipação, mas o que se tem, na realidade, é um sistema de exploração e expropriação reforçada — é uma engrenagem que aguda a crise, haja vista que quase todas seguem sobrecarregadas com um segundo e terceiro turno de trabalho, vinculados às tarefas domésticas e ao cuidado não remunerado.

A reprodução da vida, que deveria ser um compromisso coletivo, torna-se uma responsabilidade individualizada, subordinada à lógica da acumulação capitalista. Longe do Estado

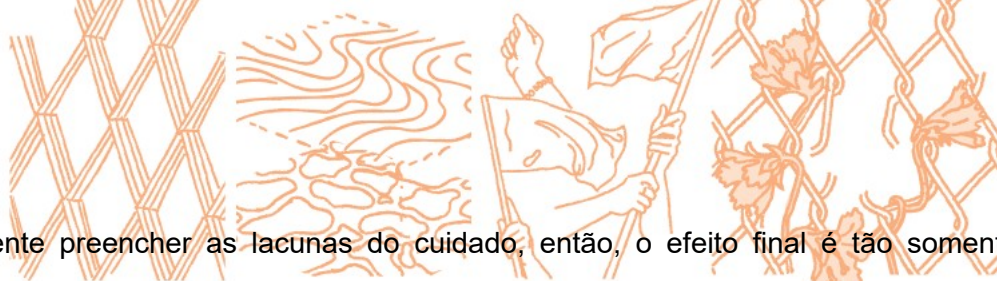
---

7 ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

8 Ibid.

9 FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

10 Ibid.



conseguir efetivamente preencher as lacunas do cuidado, então, o efeito final é tão somente deslocá-las: das famílias mais ricas para as mais pobres, do norte do globo para o sul global. O resultado é uma nova organização da reprodução social, transformada em mercadoria para pessoas que podem pagar por ela<sup>11</sup>.

Diante da crise apresentada, é fundamental reivindicar a desprivatização do cuidado, compreendendo-o como uma responsabilidade coletiva e compartilhada. É preciso retirá-lo do isolamento do lar, romper com a lógica do sacrifício feminino e assegurá-lo por meio de infraestruturas públicas — como creches, lavanderias, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, saúde preventiva e educação de qualidade. Lutar por uma estruturação coletiva dos serviços de cuidados é indispensável para garantir autonomia e cidadania plena a todas as pessoas.

O espaço urbano desempenha papel crucial nessa dinâmica. A periferação das mulheres, direcionando-as para áreas não contempladas por serviços públicos de qualidade que permitem seu desenvolvimento, autonomia e acesso à cidadania plena, contribuem para a perpetuação da sua exclusão econômica e social. A geografia da cidade reforça desigualdades e, como observa Kim England<sup>12</sup>, os papéis de gênero são fossilizados na aparência concreta dos espaços, refletindo expectativas de uma sociedade patriarcal sobre quem realiza quais atividades, onde e quando.

Torna-se essencial, portanto, que os trabalhos de cuidado sejam socializados e incorporados a arranjos espaciais que favoreçam a integração das pessoas que os realizam. Como enfatiza Leslie Kern<sup>13</sup>, uma cidade feminista é aquela onde as barreiras físicas e sociais são desfeitas e todos corpos são bem-vindos e acomodados. Uma cidade feminista é estruturada em torno do cuidado — não para reforçar a responsabilidade feminina sobre ele, mas para redistribuí-lo de forma mais equitativa, integrando redes de apoio na lógica urbana<sup>14</sup>.

Afinal, a cidade não é um espaço neutro. Questionar sua configuração é também questionar as hierarquias de poder que a moldam e sustentam. Reconhecer o cuidado como pilar da vida coletiva e inseri-lo no projeto urbano é passo indispensável para construir cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades indispensáveis à reprodução da vida seguem sendo relegadas à esfera privada, desvalorizadas e naturalizadas. O cenário atual é marcado pela intensificação de crises — econômicas, ambientais, sanitárias, migratórias e políticas —, nas quais a expropriação de recursos, a financeirização da vida, a precarização do trabalho e o desmonte das políticas sociais operam como estratégias deliberadas de reorganização do capital, aprofundando desigualdades históricas.

11 ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 77.

12 KERN, Leslie. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021. p. 55.

13 Ibid.

14 Ibid., p. 80.



A crise do cuidado revela-se o núcleo estrutural do capitalismo neoliberal. Reivindicar um novo modelo de reprodução social — público, coletivo, redistributivo e centrado na vida — é tarefa política urgente que atravessa a luta feminista, antirracista e anticapitalista. Reconhecer o cuidado como infraestrutura fundamental da sociedade é admitir que não há futuro possível sem uma profunda reorganização das prioridades sociais, econômicas e urbanas.

Não há neutralidade na produção da cidade, do trabalho ou da vida. A geografia urbana, com seus vazios assistenciais e suas fronteiras de desigualdade, reproduz e cristaliza as hierarquias de gênero, raça e classe. Inscrever o cuidado no centro do projeto urbano é reposicionar a cidade como espaço de acolhimento da vida, e não apenas como engrenagem da circulação do capital.

Nesse cenário, a recente aprovação da Lei nº 15.069/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, sinaliza um passo promissor — ainda que inicial — rumo à construção de uma sociedade que reconheça o cuidado como responsabilidade coletiva e direito fundamental. O reconhecimento estatal de sua centralidade, com diretrizes voltadas à corresponsabilidade entre Estado, famílias, setor privado e comunidade, demonstra que esse debate não é apenas teórico: ele pulsa e exige respostas concretas e estruturais.

Ao reivindicar que o cuidado seja reconhecido como eixo estruturante das políticas públicas, este trabalho compreende que nenhuma sociedade pode se sustentar sem enfrentar, de forma estruturada e sistêmica, os desafios da reprodução social. Colocar o cuidado no centro do debate, portanto, não é apenas uma demanda feminista, mas uma exigência civilizatória.

A construção de cidades feministas, justas e cuidadoras não é utopia: é projeto político em disputa. E ele começa por reconhecer que o que sustenta a vida não pode mais ser tratado como sacrifício ou favor. O cuidado é central — e precisa ser visível, valorizado, amparado e redistribuído.

## REFERÊNCIAS

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**: racismos, falocentrismos e opressões na cidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal**: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.



ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na Cidade de São Paulo, 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.